

# A influência francesa na criação da Aviação Militar e nos programas militares reformistas do Exército Brasileiro no século XX

*Fernanda das Graças Corrêa\**

## Introdução

Este texto tem por objetivo sistematizar as teorias sobre o domínio do ar e suas influências na criação da aviação militar brasileira, promovendo um debate teórico, tendo em Giulio Douhet e William Mitchell seus maiores expoentes.

Antes das missões militares francesas contratadas pelo governo brasileiro, já havia uma reforma em andamento no Exército Brasileiro (EB). No Pós-Guerra do Paraguai (1865-1870), três escolas de pensamento surgiram no Brasil: a dos soldados-cidadãos, a dos positivistas e a dos Jovens Turcos (ANDRADE, PIVA, 2011, p. 685). Neste contexto, a partir de 1900, a possibilidade de contratação de uma missão militar alemã no Brasil, defendida pelos Jovens Turcos, acirrou a disputa entre alemães e franceses pelo mercado de defesa brasileiro. A vitória da França na Primeira Guerra Mundial resultou na escolha da França para profissionalizar o EB. Iniciou-se assim, em 1918, a mis-

são militar francesa de aviação e, em 1919, a missão militar francesa de instrução.

Neste artigo, há o propósito de expor o interesse do Brasil pela criação da aviação militar e detalhar as duas missões militares francesas no Brasil.

## Concepções teóricas sobre domínio do espaço aéreo

As teorias sobre o domínio do ar foram frutos da sistematização de uma nova arma de guerra, que surgiu no contexto da Primeira Guerra Mundial. Um dos maiores expoentes teóricos sobre o domínio do ar foi Giulio Douhet, engenheiro e oficial da artilharia do Exército italiano. De acordo com este teórico, “actualmente nós temos plena consciência da importância do domínio do ar. Muito em breve não será menos importante conquistar o domínio do ar” (MOREIRA, CARDOSO, 1994, p. 37). Até então, a arma aérea despontava como parte das duas forças armadas: Exército e Marinha. Douhet defendia

---

\* Graduada em História (UGF), especialista em História Militar (UNIRIO), mestre em História Comparada (UFRJ), doutora em Ciência Política (UFF). Atualmente, faz estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. (*fernanda.das.gracas@hotmail.com*)

que o avião poderia fazer sentir a sua acção para além do alcance das armas de superfície e em qualquer ponto, maximizando o ponto de aplicação da força, causando grau de incerteza, diminuindo a liberdade de acção do antagonista. (MOREIRA; CARDOSO, 1994, p. 38)

Isto significa que, para este teórico, domínio do poder aéreo era destruir o poder aéreo do inimigo.

Outro teórico que foi fundamental na criação de uma aviação militar independente foi o estadunidense William Mitchell. De acordo com André Luiz de Almeida, Mitchell afirmava que,

o advento do poder aéreo, que pode ir direto aos centros vitais e neutralizá-los ou destruí-los, deu uma configuração inteiramente nova ao velho sistema de se fazer uma guerra. Compreende-se agora que o principal exército inimigo em campo é um falso objetivo, e que os objetivos reais são os centros vitais (...). O resultado da guerra aérea será forçar decisões rápidas. O poder aéreo superior provocará tal devastação no país oponente, que uma campanha extensa será impossível. (ALMEIDA, 2006, p. 19)

Douhet e Mitchell tinham apenas duas diferenças pontuais: enquanto, Douhet se posicionava mais como um acadêmico, Mitchell não sabia lidar com as críticas de políticos quanto ao emprego da aviação militar. No entanto, enquanto Mitchell era profundo conhecedor de aviões militares e do emprego de modelos diferentes de aviões militares, enfatizando o combate aéreo, Douhet não estava familiarizado com aspectos técnicos e operacionais da aviação militar e defendia o

emprego de um único modelo de avião militar: os bombardeiros.<sup>1</sup>

Para o teórico italiano, a força aérea deveria ser independente da Marinha e do Exército, à medida que ela era a responsável pelas aeronaves que realizariam o combate aéreo em condições extremas. Caberia assim às forças aéreas auxiliares da Marinha e do Exército apoiar as operações em que os bombardeiros seriam empregados. Ambos os teóricos defendiam a aniquilação total dos inimigos por meio do combate aéreo, destruindo as capacidades logísticas<sup>2</sup> e fabris e obrigando o inimigo a desistir de lutar na guerra. Embora, no início do século XX, a Itália e a Bulgária já tivessem empregado aviões militares em conflitos, foi na 1ª Grande Guerra que os aviões militares passaram a ser usados em missões de defesa, ataque e reconhecimento.

### **Escolas de pensamento e a disputa franco-germânica pelo mercado de defesa brasileiro**

No Brasil, coube ao Ministério da Guerra desenvolver a aviação militar. Desde o início do século XX, havia esforços para a reformulação das bases doutrinárias e das diretrizes da Arma terrestre. O projeto de reforma no Exército remonta ao governo de Campos Salles (1898-1902), no qual o ministro da Guerra, general João Medeiros Mallet,

queria mudar a composição das unidades, centralizar as nomeações, reorganizar a educação militar, enfatizar a importância do treinamento de tiro ao alvo, executar manobras rotineiramente, regularizar o planejamento, melhorar os critérios de

promoção e elevar o nível intelectual do corpo de oficiais. (MCCANN, 2009, p. 106)

Se, por um lado, em 1900, existiam no Exército oficiais que haviam sido promovidos a general sem terem dado um único tiro e eram despreparados para liderar; por outro, havia soldados e praças inaptos a seguir ordens. O ministro Mallet também propôs reformar os quartéis e demais instalações, alterar a lei do serviço militar obrigatório, a transferência da Guarda Nacional para o ministério da Justiça, a organização das Armas e dos serviços de combate a exemplo dos exércitos alemão, francês e português, além da aquisição de armamentos modernos. Com orçamento limitado e pouca experiência em planejamento, Mallet nomeou o chefe do recém-criado Estado-Maior, o general João Thomaz Cantuária,<sup>3</sup> e o então capitão Augusto Tasso Fragoso para formular um plano para “desenvolver um exército pequeno capaz de ser facilmente mobilizado e posto em ação” (MCCANN, 2009, p. 108).

No início do século XX, o EB se encontrava dividido entre três correntes de pensamento. A primeira corrente que pairava nesta Força era a do *Soldado Cidadão*,<sup>4</sup> defendida por muitos militares que haviam participado da Guerra do Paraguai. Parte dos militares oriundos desta Guerra favoráveis à derrubada da Monarquia brasileira<sup>5</sup> foi responsável por criar um problema de legitimidade para o novo regime que se havia instalado no poder. Como não houve participação popular na instalação do novo regime, um quadro de instabilidade política abatia o governo. De acordo com Ethiene Cristina Moura Costa Soares,

é através da ideologia do soldado-cidadão, formulada na Primeira República, que os militares que num primeiro momento assumem o poder político do novo regime buscam legitimar e justificar ideologicamente a intervenção militar de 1889, instituindo o general Osorio como símbolo do soldado-cidadão: O soldado — do golpe — que intervém na política para defender os interesses do cidadão. (SOARES, 2010, p. 3)

A segunda corrente de pensamento era a dos positivistas, aqueles que defendiam que o Exército era o motor do progresso da sociedade e que caberia ao militar apenas usar o poder para reformar o sistema político. Quando a sociedade alcançasse o progresso, não mais haveria a necessidade de existirem Forças Armadas. Com o fim da Guerra do Paraguai, muitos militares foram designados para realizarem atividades que não eram próprias da Força. Atividades como procurar escravos fugitivos, as quais eram exercidas por “capitães do mato”.<sup>6</sup> Segundo Sergio Luiz Augusto de Andrade, “na prática, isso levou os jovens militares em formação a afastarem-se do ideal bélico e guerreiro e a aproximaram-se do estudo das ciências exatas” (ANDRADE, PIVA, 2011, p. 685).

A Escola da Praia Vermelha foi transformada em núcleo de estudos matemáticos, filosóficos e letras, formando doutores que desconheciam a arte militar. Sobre o ensino ministrado nesta Escola, o marechal Mallet, ministro da Guerra, em 1900, afirmou o seguinte:

a instrução hoje proporcionada pode ser a mais completa, elevada e adiantada, a mais científica — não contesto nem discuto. O que posso garantir é que absolutamente não corresponde às necessidades da vida

militar. Talvez prepare ótimos bacharéis em ciências, soldados é que não. (MOTTA, 1976, p. 289)

A terceira corrente de pensamento era a dos Jovens Turcos,<sup>7</sup> oficiais brasileiros que defendiam uma missão militar alemã para modernizar o EB. De acordo com Ary Pelegrino Filho,

as escolas militares encontravam-se, ainda, civasdas de ensino bacharelesco, excessivamente teórico e tecnicista, afastado em boa parte de características profissionais, apregoadas pelos “jovens turcos” por meio de seu maior veículo, a revista *A Defesa Nacional*. (PELEGRINO FILHO, 2005, p. 3.)

Esta revista foi lançada pelos Jovens Turcos, em 1913, e constituiu o principal meio de divulgação das propostas e interesses deste grupo. Além de transcreverem do alemão para o português livros e artigos relacionados à defesa nacional, defendiam a profissionalização do militar, a formação de um contingente militar de grandes unidades, em detrimento dos pequenos destacamentos, a compra de material bélico de origem alemã, a vinda de uma missão militar alemã, o desenvolvimento das ferrovias e da indústria de base nacional; a ampliação do ensino militar nas escolas de nível secundário e superior e o serviço militar obrigatório através de sorteio.

Os Jovens Turcos entendiam que eram necessárias as mudanças estruturais no seio do EB. Frank McCann assinala que

franceses, britânicos e americanos incomodavam-se com o aparente sucesso alemão. Estava em jogo não apenas seu prestígio, mas

a venda de armas, que cada uma dessas potências relacionava ao aumento do comércio com o Brasil. (MCCANN, 2009, p. 146)

A propaganda alemã reforçava o caráter caótico oriundo das revoluções socialistas e anarquistas que a França havia vivenciado ao longo do século XIX.

Em 1905, o então ministro da Guerra, marechal Francisco de Paula Argolo (1902-1906), designou oficiais de infantaria, cavalaria e artilharia para estagiarem por um período de dois anos no Exército alemão. Em setembro de 1908, o então ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca (1906-1909), e sua comitiva, a convite do imperador Guilherme II, visitaram a Alemanha, a fim de assistir às manobras militares do Exército alemão; visitaram indústrias de material bélico e estabeleceram contatos com Helmuth von Moltke, então chefe do Estado-Maior do Exército alemão, iniciando consultas sobre a contratação de uma missão militar alemã de instrução no EB. Segundo McCann, em 1909, a Krupp já havia consolidado sua posição no Brasil como fornecedora de artilharia (MCCANN, 2009, p. 144). Ao todo, três grupos de estagiários oficiais do EB foram enviados à Alemanha. Os jovens oficiais, ao retornarem ao Brasil, mobilizaram esforços para convencer autoridades militares a contratarem uma missão militar alemã para reformar o EB.

Semelhante às duas primeiras correntes de pensamento, os Jovens Turcos defendiam a intervenção militar na vida política nacional. Por se haverem declarado perpétuos defensores da superioridade bélica alemã, inclusive, no desenrolar da Primeira

Guerra Mundial, quando as discussões sobre a possibilidade de contratação de uma missão militar estrangeira ganharam espaço na mídia e na vida política do país, as pressões da Inglaterra e da França recaíram sobre a decisão das autoridades políticas e militares brasileiras. Rodrigo Nabuco de Araújo salienta que, nesta época, havia uma verdadeira concorrência política e ideológica que alimentava a relação entre a França e a Alemanha, o que configurava uma das dinâmicas do sistema internacional (ARAÚJO, 2008, p. 248). McCann endossa Nabuco de Araújo, sustentando que o convite francês para o presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) ir até a França “ver pessoalmente que o Exército francês fora reconstruído e não estava totalmente contaminado pela propaganda anarquista, como dizia a propaganda alemã” (MCCANN, 2009, p. 146) ajudou na escolha do governo brasileiro pela contratação de uma missão militar francesa.

No Brasil, havia questionamentos de autoridades políticas e militares sobre a constitucionalidade e princípios hierárquicos de uma missão militar estrangeira em território nacional. Estes questionamentos partiam também da própria instituição militar, inclusive, do ministro da Guerra, marechal José Caetano de Faria (1914-1918), afirmando que,

é preciso verificar (...) se os estrangeiros que não podem ser soldados em nosso Exército poderão exercer funções de oficiais, e se nossos oficiais e praças podem ser obrigados a obedecer. (BASTOS FILHO, 1994, p. 4)

Embora o marechal Caetano de Faria se simpatizasse com as ideias reformistas dos

Jovens Turcos (LOURO, 2008, p. 9), mantinha dúvidas sobre o caráter constitucional de tal missão. Em discurso na sessão do plenário da Câmara, o deputado Nabuco de Gouvêa defendeu a contratação de uma missão militar francesa no país. Em suas palavras:

a última objeção feita ao projeto da Missão Francesa é feita na impossibilidade da França retirar bons oficiais do *front* para nos servirem de instrutores. Estou habilitado a afirmar que isto não é verdade. A França nos mandaria para auxiliarem o preparo militar do país amigo e aliado que somos hoje. (BASTOS FILHO, 1994, p. 117)

Com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha em 26 de outubro de 1917, os planos dos Jovens Turcos se tornaram inviáveis. A vitória da França sobre a Alemanha na Primeira Guerra Mundial, além de pôr fim aos planos dos Jovens Turcos, reforçou a ideia da superioridade militar francesa no imaginário político, econômico e social. De acordo com Nabuco de Araújo, “o tratado de Versalhes (1919), que amputava a Alemanha de seu Exército, retirou-a da cena internacional” (ARAÚJO, 2008, p. 248). O fim da Grande Guerra também contribuiu para projetar a França no mercado de armas internacional. De acordo com Jorge Luís Mialhe,

deve-se ter em conta que o papel político-estratégico ocupado pela França no cenário internacional da época era o de uma potência vitoriosa, com grande influência na construção do novo cenário geopolítico do período entre guerras. A simpatia da população brasileira pela causa aliada contribuiu para um maior estreitamento dos laços político-estratégicos entre os dois países, alavancados pela notável influência

cultural francesa sobre as elites brasileiras e ampliados pelas ações no âmbito comercial, inclusive de material bélico. (MIALHE, 2010, p. 91)

A França foi um dos primeiros países europeus a se interessar pela aviação militar. Louis Charles Joseph Blériot (1872-1936), engenheiro e aviador francês, foi o ganhador do Prêmio de Aviação Daily Mail, em 1909, por ter sido o primeiro piloto a atravessar o Canal da Mancha, entre a Inglaterra e a França, em uma aeronave mais pesada que o ar. Este feito comprovou que o emprego de aviões em guerras era viável. Em 1909, o Service Aéronautique da França foi criado como parte do Exército Francês.<sup>8</sup> Antes mesmo de iniciar-se a Primeira Grande Guerra, a fabricante de aviões Blériot já havia vendido aeronaves militares para países europeus, inclusive, para a Itália. A princípio, os aviões militares eram utilizados em missões de reconhecimento, espionagem e patrulhamento. No entanto, pelo fato de vários países europeus passarem a fazer amplo uso de aeronaves em missões destes tipos, o encontro de aeronaves inimigas em áreas de guerra obrigou as forças armadas a armá-los. Surgiram, então, os aviões de caça. Naquela época, os bombardeiros diferenciavam-se dos caças, pois os primeiros efetuavam ataques contra alvos terrestres, enquanto que os caças efetuavam ataques contra outras aeronaves em pleno voo. Os bombardeiros exigiram uma nova mentalidade na formação dos pilotos à medida que a guerra os obrigava controlar e estabilizar a aeronave e a atirar em aeronaves inimigas simultaneamente.<sup>9</sup> Os franceses, através do seu piloto Roland

Garros, foram pioneiros na introdução de uma metralhadora fixa na frente das aeronaves; o que lhes permitiu voar e apontar a arma simultaneamente.

## **A criação da aviação militar no Brasil**

A partir de julho de 1918, o governo francês e o governo brasileiro iniciaram negociações para implantar a aviação militar no EB. Em três de julho de 1918, Olynto de Magalhães, embaixador brasileiro na França, recebeu telegrama do chefe da Comissão Militar Brasileira na França nos seguintes termos:

Rogo vossa interferência, junto ao Governo francês, a fim de serem, mediante um contrato por dois anos, podendo ser prorrogado, enviados ao Brasil três oficiais aviadores, três monitores de aviões e três mecânicos de motores, a fim de ser criada uma escola principal de Aviação, no Rio de Janeiro, de acordo com as instruções, por mim recebidas, do Sr. Marechal Ministro da Guerra. (BASTOS FILHO, 1994, p. 67)

No Brasil, o interesse pelo uso militar do espaço aéreo também teve começo no início do século XX.<sup>10</sup> Segundo Solange Guimarães,

o Governo Brasileiro, com o objetivo de manter-se a par da nova fronteira militar, no ano de 1907, enviou à Europa o Tenente Juventino Fernandes da Fonseca com a missão de aprofundar os estudos em Balonística, adquirir balões e material para constituição de núcleo de aerostação. Foram adquiridos quatro balões franceses e, em 20 de maio de 1908, no Realengo, Rio de Janeiro, contando com a presença do



Ministro da Guerra Marechal Hermes da Fonseca, foi realizada a primeira ascensão de um desses balões em céus brasileiros. (GUIMARÃES, 2014, p. 61-62)

Apesar de o voo ter sido malsucedido, resultando no primeiro acidente aéreo fatal brasileiro, o acontecimento motivou o interesse de autoridades militares brasileiras pelo uso militar do espaço aéreo. Solange Guimarães complementa, afirmando que

tal interesse persistiu entre as autoridades militares brasileiras, que suscitou a iniciativa de um grupo de aeronautas estrangeiros, liderados pelo italiano Felice Gino, de propor a criação de uma escola para formar pilotos militares. (GUIMARÃES, 2014, p. 62)

Em 1913, por meio de um acordo entre o ministério da Guerra e o grupo coordenado por Felice Gino, a Escola Brasileira de Aviação, no Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro, formou os primeiros pilotos do Exército Brasileiro.

Ricardo Kirk (1874-1915) foi o primeiro aviador do EB. Kirk foi brevetado na École d'Aviation d'Etampes, na França, em outubro de 1912. Este aviador foi o responsável pela vinda dos dois primeiros aviões militares para o EB: o monoplano francês Morane Saulnier, com 16 metros quadrados de superfície de asa, equipado com motor Le Rhône de 80H.P., e monoplano italiano Bleriot-Sit, também com 16 metros quadrados de superfície de asa, equipado com motor Gnome de 80H.P.

Durante a Guerra do Contestado,<sup>11</sup> Ricardo Kirk, então diretor da Escola de Aviação e comandante do Destacamento de

Aviação do EB, foi convocado pelo general Setembrino de Carvalho para realizar um sobrevoo de exploração aérea no estado do Paraná. Kirk faleceu nesta campanha em 1º de março de 1915. Antes mesmo de a Missão Militar Francesa de Aviação chegar ao Brasil, este fato constitui o primeiro emprego da aviação em operações militares no Brasil. De acordo com André Luiz de Almeida,

o início efetivo da aviação militar no país data de 23 de agosto de 1916, quando um decreto presidencial criou a Escola de Aviação Naval, da Marinha do Brasil, a qual foi estabelecida na Ilha das Enxadas, na Baía da Guanabara (Rio de Janeiro). Nesse mesmo mês, era montado o primeiro hidroavião Curtiss F, de três adquiridos pela Marinha — os primeiros aviões militares do Brasil. (ALMEIDA, 2006, p. 53)

A aviação militar no Brasil se iniciou em 1913 com a criação da Escola Brasileira de Aviação. Na Marinha, a aviação se iniciou em 1916, com a criação da Escola de Aviação Naval e com a aquisição do citado hidroavião estadunidense Curtiss F para reconhecimento e patrulha marítima.

Se, por um lado, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) expôs as vulnerabilidades das Forças Armadas brasileiras; por outro, motivou a diplomacia brasileira a envolver estas pastas na agenda política do país. Conforme aponta Valterian Braga Mendonça,

o fenômeno da guerra trouxe ao debate na sociedade brasileira assuntos ligados à defesa nacional. As Forças Armadas brasileiras despertaram do quase estado de letargia em que se encontravam. A situação da força terrestre era verdadeiramente

te desoladora: ineficiência administrativa, promoções por conveniências, unidades desfalcadas, ausência de instrução. O próprio ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, confessou honestamente a total incapacidade do Exército Brasileiro. Não muito diferente disto, em termos administrativos e operacionais, encontrava-se a Armada Nacional, praticamente inexistente enquanto instrumento de combate. (MENDONÇA, 2008, p. 73)

A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial conferiu ao país maior projeção política internacional. Coube aos então presidente Delfim Moreira e ministro das Relações Exteriores (MRE), Domício da Gama, tratar da participação do Brasil nas conferências preliminares de paz que culminariam no acerto das bases do Tratado de Versalhes, na seleção dos delegados que seriam enviados para o plenário e na inclusão do país no primeiro Conselho Executivo da Liga das Nações. Entre os membros selecionados por Domício da Gama para compor a delegação, encontravam-se: Epi-tácio Pessoa, João Pandiá Calógeras, Olinto Magalhães e Raul Fernandes, na qualidade de delegados plenipotenciários, Rodrigo Otávio de Langgaard Meneses, na qualidade de consultor jurídico, o comandante Malan d'Angrogne, como consultor técnico naval, o capitão de fragata Armando Burlamaqui, como consultor naval, Hélio Lobo, na qualidade de secretário-geral, além de outros sete secretários e oito adidos.

O paraibano Epi-tácio Lindolfo da Silva Pessoa foi indicado e aceito pelas forças políticas nacionais como candidato à presidência da República, enquanto ainda se encontrava em Versalhes exercendo cargo de

ministro plenipotenciário da delegação enviada para a Conferência de Paz. A participação enérgica da diplomacia brasileira na Conferência de Paz e nas tratativas consultivas da Liga das Nações conferiu um novo momento para a política brasileira. Há um consenso entre os estudiosos do período de que Epi-tácio Pessoa inaugurou novos tempos para a política brasileira.

Entre os anos de 1917 e 1918, houve calorosos debates na Câmara dos Deputados entre enviar militares brasileiros à Europa para absorver conhecimentos na área de aviação militar e, ao voltar, transmiti-los aqui, ou contratar militares estrangeiros para criar a aviação militar no EB. De acordo com Cherubim Rosa Filho, em primeiro de setembro de 1917, o ministro da Guerra, marechal José Caetano de Faria, em carta endereçada ao adido militar, sobre os oficiais aviadores enviados para estagiar na Aviação Militar francesa, escreveu o seguinte:

Li que os nossos oficiais aviadores já estão encaminhados; penso que com um curso de 6 meses, mais ou menos, eles estarão prontos; mas, não serão mestres, nem conhecerão os segredos da organização da nova Arma. Julgo, pois, que seria vantajoso para nós obter que um oficial aviador francês, bem competente, viesse organizar esse serviço aqui, trazendo todos os aparelhos necessários e um ou dois mecânicos. Sobre este assunto escrevo também ao Gen Aché. (ROSA FILHO, 2007, p. 15)

O general Napoleão Felipe Aché era o responsável pela comissão de estudos de operações e de aquisição de material enviada à França. Em 15 de janeiro de 1918, o mare-



chal José Caetano de Faria responde a carta enviada pelo adido militar:

Estimei muito que houvesse tratado, em sua carta, da questão da aviação. Estou muito preocupado com ela, sinto urgência de uma solução, mas confesso que ainda não tenho orientação que repute muito segura. Estou, porém, resolvido a enfrentar o assunto. Julgo criar uma Escola aqui, no Rio, e outras nos Estados, a começar por São Paulo e Rio Grande. Estes me oferecem campos e até auxílio em aparelhos. (ROSA FILHO, 2007, p. 15)

Embora receoso se este seria o melhor caminho a ser adotado, em nome do governo e do ministério da Guerra brasileiros, o general Napoleão Felipe Aché solicitou ao embaixador do Brasil na França o seguinte:

Rogo vossa interferência, junto ao Governo Francês, a fim de serem, mediante um contrato por dois anos, podendo ser prorrogado, enviados ao Brasil três oficiais aviadores, três monitores de aviações e três mecânicos de motores, a fim de ser criada uma escola principal de aviação no Rio de Janeiro, de acordo com as instruções, por mim recebidas, do Sr. Marechal Ministro da Guerra. (BASTOS FILHO, 1994, p.67)

Em dez de outubro de 1918, Brasil e França assinaram um contrato, no qual uma missão militar francesa foi enviada ao Brasil, composta de um especialista fotógrafo aéreo, dois mecânicos de motores, três mecânicos de aviões, dois oficiais adjuntos e o chefe da missão, capitão Maguin, do Estado-Maior do Exército francês, para criar a aviação militar no EB. A missão militar teria por finalidade

criar, em primeiro lugar, as escolas de Aviação necessárias à instrução de pilotos, mecânicos e observadores. Após, organizará os serviços aeronáuticos do Exército Brasileiro, de acordo com os métodos em vigor no Exército francês. (BASTOS FILHO, 1994, p.68)

Este Acordo ficou oficialmente conhecido como Missão Militar Francesa de Aviação, célula *mater* da Força Aérea Brasileira. Em 1919, foi criada a Escola de Aviação Militar do EB, no Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro.<sup>12</sup> Sob instrução francesa, os primeiros aviões empregados nesta nova Escola eram os Nieuport, biplanos, monomotores de origem francesa.

Além das instalações da Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, os franceses instalaram também cinco depósitos (quatro no Rio de Janeiro e um em São Paulo), dois quartéis para esquadrilhas de Aviação no estado do Rio Grande do Sul (um na cidade de Santa Maria e outro em Alegrete) e um parque de aviação também na cidade gaúcha de Santa Maria. De acordo com Rosa Filho,

no Campo dos Afonsos, a Escola de Aviação foi dotada de oficinas de montagem e reparações. Foram divididas em quatro seções, que, além da instrução ministrada a 190 operários mecânicos e da instalação de máquinas, realizaram, também 130 consertos de aviões e 300 de motor. Posteriormente, foi criada a Escola de Mecânicos. (ROSA FILHO, 2007. p. 55)

Por não haver no Brasil, nesta época, uma indústria mecânica geradora de tecnologia de ponta, por os empresários nacionais sentirem falta de apoio governamental para

a continuidade de suas atividades fabris neste setor, segundo Mauro Vicente Sales, “a aviação acabou chegando ao país como um serviço de formação de pilotos, sem contar com mão de obra especializada e sem irradiar tecnologia” (SALES, 2011, P. 11). Na grade curricular da Escola de Aviação do Exército no Campo do Afonsos, foram inseridos cursos de pilotos aviadores, de observadores, de aperfeiçoamento, de mecânicos e de especialistas. Todos estes cursos estavam sob a direção técnica do coronel Etienne Magnin, chefe da Missão Militar Francesa de Aviação.

O brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley endossou Vicente Sales, afirmando que,

sendo a aeronáutica uma indústria de tecnologia cada vez mais complexa, ao país não restou senão aguardar o fim do conflito mundial para adquirir, por preços baixos, as sobras da aviação beligerante na Europa. (LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975, p. 60)

De acordo com Rosa Filho,

para mobiliar essas unidades [as instalações criadas pelos franceses], a administração adquiriu aviões de reconhecimento e observação, de bombardeio e de caça, o que resultou na organização das esquadrilhas na Capital e dos parques já existentes, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Foram criadas mais oficinas, destinadas à Aviação, no Campo dos Afonsos, e em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. (ROSA FILHO, 2007, p. 55)

Depois que, paulatinamente, os militares franceses transferiram as funções admi-

nistrativas e disciplinares aos oficiais brasileiros, passaram a organizar apenas a área de ensino, na qual promoviam palestras sobre batalhas históricas e sobre as experiências adquiridas da Primeira Guerra Mundial. Além disso, organizaram também uma Biblioteca Militar.

Em janeiro de 1927, a Aviação passou a ser a 5ª Arma do EB, juntamente com as Armas de Infantaria, Artilharia, Cavalaria e Engenharia. Rosa Filho conclui que,

a Escola de Aviação no Campo dos Afonsos, criação dos franceses, atingiu os objetivos que se podia desejar. Nela se formaram pilotos e mecânicos, desenvolveram-se especialidades e até funcionou um curso de aperfeiçoamento. A Escola foi o nascedouro da Aviação Militar como Arma independente dentro do Exército, cuja fusão com a sua congênere naval gerou a Força Aérea Brasileira. (ROSA FILHO, 2007, p. 66-67)

## A Missão Militar Francesa de Instrução

Como demonstrado anteriormente, desde a Proclamação da República, o EB buscava por reformas. As propostas reformistas do ministro Mallet alcançavam desde a instrução e operação até reformulação dos quartéis e demais instituições militares. Embora na primeira década do século XX, houvesse primorosas iniciativas de reformas no EB, foi no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) que a modernização nesta Força se concretizou. Uma das maiores inovações em termos organizacionais de seu governo foi a nomeação de civis para os ministérios da Guerra e da Marinha. Para o ministério da Guerra, Epitácio Pessoa indicou João Pandiá Calógeras (1919-1922). Em seu livro *Forma-*

*ção Histórica do Brasil*, Calógeras (1870-1934) afirmava que,

desde alguns anos, o Exército havia experimentado grandes progressos, sob o influxo de um grupo de oficiais, principalmente, nos postos iniciais da hierarquia, cheios de entusiasmo patriótico e noção exata do duplice dever de elevar seu nível profissional e de evitar toda mescla com manobras partidárias e políticas. O novo ministro, também um civil, havia operado nesse movimento libertador e estava em plena consonância com a mentalidade nova do corpo de oficiais. Em 1919, uma missão especial de instrução fora contratada em França, sob o comando do general Gamelin, serviço notável e que marcava uma época da história militar do país, prestado ao Exército pelo presidente então em exercício, Delfim Moreira, e por seu ministro da Guerra, o General Cardoso de Aguiar. (2009, p. 372-373)

A autorização da contratação da Missão Militar Francesa de Instrução (MMFI), datada de maio de 1919, e o contrato assinado em oito de setembro de 1919 ocorreram ainda durante a gestão do general Cardoso de Aguiar. Em três de outubro de 1919, Pandiá Calógeras assumiu o Ministério da Guerra e manteve como linha de ação dar continuidade ao programa de reformas no Exército dos governos anteriores. O Artigo I do contrato da MMFI determinou que,

por solicitação do Governo Brasileiro, representado pelo Ministro Plenipotenciário do Brasil na França, abaixo assinado, o Governo francês decidiu enviar, ao Rio de Janeiro, uma missão militar, sob as ordens do General Gamelin. (BASTOS FILHO, 1994, p. 72)

O general Maurice Gamelin era o ex-chefe de Gabinete do Marechal Joseph Joffre, comandante do Exército francês na Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1916. O marechal Joffre ganhou popularidade na França por ter garantido a derrota da Alemanha na primeira Batalha do Marne, em 1914. Gamelin foi chefe da Seção de Operações do Grande Quartel-General dos Exércitos franceses, comandou uma brigada de caçadores, foi chefe do Estado-Maior de um grupo de exércitos, chefe do estado-maior do marechal Joffre e comandou a 9ª Divisão de Infantaria, que teve, sob suas ordens, uma parte gloriosa nas operações de 1917 e 1918 (BASTOS FILHO, 1994, p. 118). De fato, o deputado Nabuco de Gouvêa estava certo. A França enviaria ao Brasil seus melhores oficiais para modernizar o EB. Sobre a escolha do EB por uma missão militar de origem francesa, o general Jonas de Moraes Correia Neto, então presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), afirmou o seguinte:

parece evidente que o motivo maior da preferência está preso à circunstância de ter sido a França vitoriosa na Grande Guerra. Pois não seria lógico que contratássemos o exército derrotado para instruir o nosso; seria, no mínimo, estranho, e certamente haveria inúmeros reflexos negativos, prejudiciais externamente à posição do Brasil e, internamente, causadores de mal-estares e animadversões. Contudo, outra razão há de ter influído bastante. Naquela época, a França era paradigma da cultura neolatina e o mais ativo foco disseminador de cultura, no mundo. O Brasil, em termos culturais, era caudatário da França, em cuja órbita espiritual gravitava. Essa influência, com acentuados

ingredientes sentimentais, mais excitados pela guerra recente, certamente teve força para dar o toque decisivo para a escolha. (BASTOS FILHO, 1994, p. 118)

Os primeiros instrutores franceses chegaram ao Brasil em março de 1920, embora Gamelin tenha-se antecedido, assim que tomou posse da Missão, e vindo ao Brasil, em 1919. De acordo com este general francês, as experiências da Grande Guerra haviam obrigado os Exércitos a se dotarem de diversos materiais, entre eles: transformação radical no armamento de infantaria, aperfeiçoamento no material de artilharia, desenvolvimento considerável nos processos de ligação, necessidade de dotações de munições até então insuspeitas, meios novos como carros de assalto e a importância primordial tomada pela Aviação Militar. No livro *Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”*, de Miriam de Oliveira Santos, o então o capitão do Exército Jeovah Motta afirmava o seguinte:

as tarefas dos franceses [MMFI] serão, assim, fundamentalmente, tarefas de ensino, a realizar-se no âmbito das Escolas. Certo elas influíram, também, na orientação geral das reformas orgânicas que então se iniciaram, e os regulamentos que foram sendo elaborados contaram com a colaboração deles. E mais, estiveram presentes ao estudo das grandes linhas de ordem estratégica que passaram a definir e enquadrar o problema da segurança nacional. Mas é como instrutores, sobretudo, que eles marcam a sua presença no cenário, e é como tal que realizaram obra de incontestável mérito. (SANTOS, 2004, p. 85)

Os alunos passaram a adotar costumes e tradições francesas em suas rotinas e eventualidades na Escola Militar de Realengo, que, ainda hoje, fazem parte da tradição militar brasileira, como o identificarem as turmas das escolas militares pelo ano de formatura e pela denominação de um patrono, em geral, ou o nome de um grande chefe militar ou de uma exitosa batalha, a fim de servir de inspiração aos oficiais. De acordo com Celso Castro,

a palavra francesa patron tem o duplo sentido de “patrono” (protetor) e “padrão” (modelo). O termo “patrono” não existia, até então, na tradição militar brasileira. (CASTRO, 2002, p. 18)

Castro acrescenta ainda que,

a inspiração francesa para essa “nova tradição” encontrou terreno propício para vingar devido à admiração que então se tinha pela cultura militar daquele país, vitoriosa na recente guerra mundial. (CASTRO, 2002, p. 18)

No entanto, se, por um lado, os militares franceses eram recebidos com estranheza por parte dos oficiais superiores brasileiros, que se sentiam constrangidos pela liberdade com que os franceses acessavam os quartéis, por outro, também eram vistos com desconfiança pelos Jovens Turcos, em virtude de ainda julgarem ser o Exército alemão capaz de propiciar a melhor formação profissional ao EB. De acordo com Jorge Luís Mialhe,

a documentação revela que os membros da MMF pressionaram e afastaram, nessa área, qualquer possibilidade de concorrência dos países derrotados na I Guer-

ra Mundial, bem como, no âmbito da prestação de serviços, o que possibilitaria ao Brasil escapar do controle da França. Informações preciosas sobre esse “jogo diplomático-estratégico” são encontradas, v.g., nos minuciosos e frequentes relatórios enviados pelo general Gamelin, chefe da MMF, ao ministro da Guerra francês, nos quais foram invocadas certas cláusulas do Tratado de Saint-Germain, vetando a venda de armas pela Áustria, negócio que interessava ao Brasil. (MIALHE, 2010, p. 99)

Embora, tanto no Brasil quanto na própria França, houvesse a crença da superioridade militar francesa na Grande Guerra, o desgaste político, financeiro, tecnológico e, principalmente, humano da França foi enorme. De acordo com Brian Bond e Martin Alexander,

a Primeira Guerra Mundial custou à França mais de 1.300.000 baixas militares e a ocupação de dez de seus departamentos economicamente mais ricos. Nenhuma outra potência combatente sofreu, proporcionalmente, perdas iguais. Em termos nominais, ela emergiu como vitoriosa, porém, na realidade, sobreviveu mais do que venceu. (BOND; ALEXANDER, 2001, p. 177)

Além de aspectos políticos e estratégicos, é importante ressaltar que a MMFI representava para os franceses a monopolização do mercado de defesa brasileiro. Se, por um lado, a França buscava garantir, contratualmente, o monopólio deste mercado, por outro lado, conforme aponta Eugênio Garcia (2006, p. 200) no artigo publicado por Mialhe,

o governo brasileiro queria ver incluída cláusula em que a França se comprometia a não enviar missões militares a qualquer

outro país da América do Sul sem prévio entendimento com o Brasil. (GARCIA, 2006, p. 200 apud MIALHE, 2010, p. 91)

O contrato com a MMFI foi renovado em março de 1923. Se, por um lado, houve o empenho da oficialidade francesa em consolidar sua doutrina no EB, por outro, houve empenho do próprio EB para que a doutrina militar francesa fosse consolidada entre os oficiais da Força. Este empenho do EB se refletiu na utilização de métodos franceses para fortalecer a coesão do corpo de oficiais, no reforço do culto aos heróis militares brasileiros e na implementação de novas táticas e disciplinas técnicas em currículos escolares. (ARAÚJO, 2008, p. 249). Foram-se aos poucos assimilando os métodos da administração militar francesa. Estabeleciam-se vínculos entre a França e o Brasil que pareciam ir além de relações comerciais. A França era encarada como uma referência permanente, um modelo militar. Bastos Filho acrescenta que, no contrato renovado e assinado em 1932, além de oficiais franceses do Estado-Maior poderem ser encarregados de missões temporárias junto aos estados-maiores das regiões militares, tinham acesso aos estudos locais de incumbência do estados-maiores do EB, tais como “mobilização industrial e de pessoal, recursos de toda ordem, vias de acesso, características da população, alvos estratégicos e informações” (BASTOS FILHO, 1994, p. 107). Nabuco de Araújo endossa Bastos Filho ao afirmar que,

entre 1923 e 1930, mais de 100 oficiais brasileiros incorporaram-se à MMF, e, entre 1930 e 1934, cinco classes de oficiais oriundos da Escola de Estado-Maior do

Exército foram enviadas a escolas militares francesas. (ARAÚJO, 2008, p. 250)

Foram cerca de vinte anos, tempo suficiente para que o Exército francês transferisse seus conhecimentos sobre a profissionalização para o EB.

## Conclusão

A partir do século XVIII, a França despontou como uma das principais potências mundiais, disseminando pelo Ocidente valores políticos, econômicos, socioculturais e militares.

Desde o final do século XIX, o Exército Brasileiro buscava por reformas que tinham por foco desde a reformulação das bases doutrinárias e das diretrizes da Força até as bases administrativas. Surgiu, então,

a ideia de contratar uma missão militar estrangeira para auxiliar o EB neste processo reformista. Em virtude da vitória francesa na Segunda Guerra Mundial, o EB optou por contratar uma missão militar francesa. O sucesso da primeira missão permitiu ao EB adentrar na era da aviação militar, o que garantiu o contrato de uma segunda missão militar francesa em território nacional. A primeira missão foi caracterizada pelo envio de militares franceses para treinar militares brasileiros que constituíram os primeiros pilotos e mecânicos militares, contribuiu com o desenvolvimento de novas especialidades, implementou curso de aperfeiçoamento e colaborou para a criação de uma Força Aérea independente do EB. A segunda missão tornou possível a modernização da estrutura orgânica e de ensino, profissionalizando o Exército Brasileiro. 🌐

## Referências

- ALMEIDA, André Luiz. **A Evolução do Poder Aeroespacial Brasileiro**. Dissertação. Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, Abril de 2006. Disponível em <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19062007-153215/en.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19062007-153215/en.php)>. Acessado em 13 de outubro de 2017.
- ANDRADE, Sérgio Luiz Augusto; PIVA, Teresa Cristina de Carvalho. A Influência do Positivismo no Ensino Científico Brasileiro. In: **Scientiarum Historia IV**. Rio de Janeiro. 2011. p. 681-687.
- ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930-1964): declínio ou permanência? **Revista Esboços**, N<sup>o</sup> 20 — UFSC, 2008. Disponível em <[//periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524](http://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524)>. Acessado em 13 de outubro de 2017.
- BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.
- CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2009.
- CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.



GUIMARÃES, Solange. **Aviação do Exército Brasileiro**. São Paulo: Clube de Autores, 2014.

LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. **História da Força Aérea Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Aeronáutica, 1975.

LOURO, João Marcos Macedo. Carros de Assalto: seu primeiro comandante no Brasil-1921. **ECS Defesa**. UFJF. Disponível em <[www.ecsdefesa.com.br/defesa/fts/CA1921.pdf](http://www.ecsdefesa.com.br/defesa/fts/CA1921.pdf)>. Acessado em 13 de outubro de 2017.

MCCANN, Frank. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009.

MENDONÇA, Valterian Braga. **A experiência estratégica brasileira na primeira Guerra Mundial – 1914-1918**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política. 2008.

MIALHE, Jorge Luís. O Contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 10(18): 89-119, jan.-jun. 2010. Disponível em <[www.google.com.br/url?sa=t&rcct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewi\\_iOOEgbTKAhXBhZAKHWRYAGUQFggdMAA&url=https%3A%2F%2Fwww.metodista.br%2Fvistas%2Fvistas-unimep%2Findex.php%2Fdireito%2Farticle%2Fdownload%2F563%2F167&usq=AFQjCNHBsDkADw7F60o1te\\_IBExZ\\_7arpw](http://www.google.com.br/url?sa=t&rcct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewi_iOOEgbTKAhXBhZAKHWRYAGUQFggdMAA&url=https%3A%2F%2Fwww.metodista.br%2Fvistas%2Fvistas-unimep%2Findex.php%2Fdireito%2Farticle%2Fdownload%2F563%2F167&usq=AFQjCNHBsDkADw7F60o1te_IBExZ_7arpw)>. Acessado em 14 de outubro de 2017.

MOREIRA, Adriano; CARDOSO, Pedro (Org.). **Estratégia**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, 1994.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

BOND, Brian; ALEXANDER, Martin. Liddell Hart e De Gaule: doutrinas da responsabilidade limitada e da defesa móvel. In PARET, Peter. (Org) **Construtores da Estratégia Moderna**: de Maquiavel à era nuclear. Tomo 2. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

PELEGRINO FILHO, Ary. **A Influência da Missão Militar Francesa na ECEME**. PADECEME. Edição Especial, 2º quadrim. de 2005. Disponível em <[www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/viewFile/437/384](http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/viewFile/437/384)>. Acessado em 14 de outubro de 2017.

ROSA FILHO, Cherubim. **Missão Militar Francesa de Aviação**. Rio de Janeiro: INCAER, 2007.

SALES, Mauro Vicente. O Debate Sobre a Criação da Aviação Militar Brasileira (1911-1927). **Revista da UNIFA**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 29, dez. 2011. Disponível em <[www.revistadaunifa.aer.mil.br/index.php/main/article/view/391/pdf\\_103](http://www.revistadaunifa.aer.mil.br/index.php/main/article/view/391/pdf_103)>. Acessado em 14 de outubro de 2017.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”**. São Paulo: Annablume, 2004. P. 85.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Um olhar sobre as instituições escolares militares brasileiras do

fim do século 19 ao início do século 20. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 310-330, maio/ago. 2007. Disponível em <[www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/499/510](http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/499/510)>. Acessado em 15 de outubro de 2017.

SOARES, Ethiene Cristina Moura Costa. General Osorio: o soldado-cidadão. **Portal ANPOCS**.2010. Disponível em <[//portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1445&Itemid=350](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1445&Itemid=350)>. Acessado em 15 de outubro de 2017.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

---

<sup>1</sup> Naquela época, bombardeiros eram aviões militares projetados para lançar bombas sobre alvos terrestres.

<sup>2</sup> Meios bélicos capazes de sustentar os sistemas de defesa das Forças Armadas.

<sup>3</sup> Antecessor de Mallet no Ministério.

<sup>4</sup> Segundo esta corrente de pensamento, os oficiais do Exército consideravam legítima a participação de militares na vida política do país, bem como em processos intervencionistas de caráter reformista contestatório.

<sup>5</sup> A derrubada da Monarquia no Brasil se deu em 15 de novembro de 1889.

<sup>6</sup> Categoria de homens descendentes de escravos negros ou mulatos libertos, que eram contratados pelo Estado ou pelos senhores de engenho para capturarem e reprimirem escravos fugitivos, utilizando-se de métodos violentos.

<sup>7</sup> Foram assim denominados por, na Alemanha, terem sido treinados por militares alemães que haviam participado da organização do Exército da Turquia, junto do general Mustafá Kemal.

<sup>8</sup> Embora, somente em 1933, a Armée de l'Air (Força Aérea Francesa) tenha-se tornado independente do Exército francês.

<sup>9</sup> Também houve melhorias nos novos projetos de caças e bombardeiros, ampliando a aeronave para mais de um tripulante, no aperfeiçoamento de motores, na aerodinâmica das aeronaves, no tipo de armamento e até na velocidade alcançada.

<sup>10</sup> Houve experiências com balonismo na Guerra do Paraguai (1865-1870); no entanto, aqui, refere-se ao uso restrito de aviões militares.

<sup>11</sup> Conflito entre camponeses locais e oligarquias ocorrido entre as fronteiras do Paraná e Santa Catarina entre os anos de 1912 e 1916.

<sup>12</sup> Local onde funcionava a então Escola Brasileira de Aviação (EsBAv) desde 1913. Foi na EsBAv, no Campo dos Afonsos, que os primeiros aviões do Exército de fabricação italiana foram recebidos.